

PROJETO DE LEI Nº , DE 2007
(Do Sr. Max Rosenmann)

Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Qualquer aquisição ou substituição de unidades automotivas para uso oficial somente poderá ser realizada por veículos movidos a combustíveis renováveis.

Parágrafo único. O prazo para a substituição integral da frota oficial de veículos leves por veículos movidos a combustíveis renováveis é de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Todos os veículos leves com capacidade de motorização superior a um mil centímetros cúbicos adquiridos por pessoas físicas com incentivos fiscais ou qualquer outro tipo de subvenção econômica deverão ser movidos à combustíveis renováveis.

Parágrafo único. Os veículos leves com capacidade de motorização igual ou inferior a um mil centímetros cúbicos movidos à combustíveis renováveis terão incentivos fiscais ou qualquer outro tipo de subvenção econômica igual ou superior aos concedidos aos veículos da mesma categoria movidos a gasolina.

Art. 3º Para cumprimento do disposto nesta Lei, os veículos movidos à combustíveis renováveis destinados a substituição da frota oficial de veículos leves e aqueles a serem adquiridos com incentivos fiscais ou qualquer outro tipo de subvenção econômica deverão possuir qualidade no mínimo similar à dos modelos equivalentes movidos a combustíveis derivados do petróleo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição se inspira no Projeto de Lei nº 462, de 1997, apresentada pelo Deputado Estadual Neivo Beraldin à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e convertida na Lei estadual nº 12.204, de 06 de julho de 1998. Prestigiando aquele nobre parlamentar, passamos a reproduzir as razões que justificaram sua propositura:

“Cada vez mais são motivos de grande preocupação para toda a humanidade os efeitos decorrentes da poluição do meio ambiente.

Dentre as muitas formas de poluição, as mais devastadas e danosas à vida humana, são sem dúvida, a poluição das águas e a do ar, esta última é por todos considerada a mais nefasta pois, se é possível montar estações de tratamento, decantação e filtração das águas, devolvendo-lhes em parte a qualidade e pureza originais, tornando-as novamente adequadas ao consumo humano, não é possível qualquer tratamento para a poluição atmosférica, a não ser evitar, ou pelo menos reduzir aos menores níveis a emissão de gases tóxicos, como forma de manter a boa qualidade do ar que respiramos.

Por isso, reveste-se da maior importância a utilização de combustíveis reformulados ou provenientes de matérias-primas renováveis para o controle e redução dos níveis de poluição atmosférica como forma de implementar as ações que visem à melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida das populações de todo o planeta.”

Respaldado pelas nobres razões acima expostas, convocamos nossos ilustres pares a trabalhar pela conversão desta proposição em norma legal.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado MAX ROSENMANN